Editorial

Nesta edição dos *Cadernos,* apresentamos artigos que, apesar de sua variedade temática, têm em comum um mesmo pano de fundo. Todos eles propõem reflexões acerca das redes de influências que atuam sobre o Parlamento e seus possíveis efeitos sobre os processos de votação e de elaboração das leis, bem como, ainda que em menor escala, sobre o próprio exercício da função fiscalizadora. De fato, observa-se que, concomitantemente à pressão e ao controle hoje exercidos pela mídia sobre o poder público, também a sociedade civil organizada, corporações e associações de diversas naturezas buscam influir sobre os processos decisórios e de formulação de políticas públicas por parte do Legislativo, com o propósito de fazer valer suas demandas. Tais correlações de forças movimentam o cenário político, impactando as práticas de seus agentes e, por vezes, até mesmo a dinâmica de funcionamento dos órgãos legislativos. Verifica-se, ainda, que tal processo é multidirecional, uma vez que também os parlamentares buscam dele se beneficiar, reforçando ou aumentando seu capital político e angariando apoio a seus projetos. Esses mecanismos nem sempre são bem-vistos pela sociedade. No entanto, cabe ressaltar que são inerentes à política e que, desde que regulamentados e empreendidos dentro de limites éticos, podem se configurar como estratégias legítimas de representação de interesses de determinados segmentos sociais. É nessa perspectiva que se desenvolvem os artigos descritos a seguir.

Abrimos este número com a recém-criada seção *Pensando em Minas*, cuja finalidade consiste em di-

vulgar trabalhos oriundos de debates e palestras do programa homônimo, organizado pela Escola do Legislativo, em parceria com a TV Assembleia. Nele, pesquisadores são convidados a discutirem temas políticos de relevância e interesse social, estimulando reflexões que envolvam o Poder Legislativo. Na presente edição, trazemos um texto de **Rachel Barreto**, jornalista convidada pelo programa para analisar a midiatização da política e seus reflexos no cotidiano do Parlamento. A autora parte de uma contextualização do fenômeno, para, em seguida, investigar as transmissões televisivas das reuniões plenárias por parte de emissoras legislativas, bem como a circulação de tais conteúdos em outros meios de comunicação. Rachel defende que, se por um lado, os agentes parlamentares se veem cada vez mais pressionados a atender às demandas da mídia, por outro, buscam se apropriar da lógica midiática para obterem, entre outras coisas, uma maior visibilidade, um estreitamento do contato com os cidadãos e a promoção de suas agendas. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico, não isento de conflitos, em que a mídia influencia o cotidiano do Parlamento, enquanto os parlamentares, por sua vez, servem-se de ferramentas e linguagens midiáticas, em uma tentativa de ampliar suas influências políticas.

A seção de artigos tem início com o professor e cientista político **Manoel Leonardo Santos**, o qual investiga os jogos de forças e as influências que perpassam o Parlamento, sob outro importante viés. O autor trata das ações de *lobbying* postas em prática por empresários da Confederação Nacional da Indústria na Câmara dos Deputados, buscando viabilizar interesses específicos do setor. Baseado em uma pesquisa empírica e servindo-se de dados de uma série histórica abrangente, o autor analisa o possível impacto do *lobby* sobre o comportamento individual dos parlamentares nas votações nominais, o que poderia explicar, ao menos em parte, a indisciplina partidária que pode ser notada quando estão em pauta questões fortemente marcadas por interesses de determinados setores sociais. Seu estudo também relativiza os efeitos do *lobby*, chamando atenção para a multiplicidade de fatores que definem a reação de cada parlamentar diante das pressões de grupos de interesse, como suas preferências ideológicas e filiação partidária, além do próprio

monitoramento de suas ações e escolhas, exercido pela mídia e pela sociedade.

Em seguida, **Matheus Miranda de Oliveira** e **Gláucia Miranda** se dedicam aos interesses dos servidores públicos militares de Minas Gerais, no que se refere a seu regime próprio de previdência. Trata-se de um tema de grande relevância nas atuais discussões sobre políticas públicas de gestão social e de equilíbrio financeiro e atuarial do Estado. Os autores retomam as principais normas que regulam a aposentadoria da categoria – sejam as regras gerais previstas na Constituição da República, seja a legislação específica de competência de cada unidade federativa –, bem como aspectos controversos que se verificam nas propostas de reformulação do regime. Apontam, ainda, para as peculiaridades da atividade profissional dos militares, sobretudo seu grau de periculosidade, o que legitimaria a mobilização dos militares para que critérios diferenciados sejam adotados pelo Parlamento, em quaisquer propostas de reforma previdenciária que envolvam o setor.

Por fim, fechando esta seção, apresentamos um estudo do analista legislativo **Ronaldo Quintanilha da Silva**. Por meio de uma análise comparativa das atividades de controle e fiscalização dos atos do Executivo, empreendidas pela Câmara dos Deputados no período dos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer, o autor apresenta um contraponto aos trabalhos anteriores. Com efeito, salienta que essa importante atribuição do Poder Legislativo não deve ficar às margens da função legiferante. Em seu artigo, ele aponta para a existência, também nesse âmbito, de uma pressão da sociedade para que as ações fiscalizadoras de fato ocorram e sejam orientadas pelo interesse público. Nesse sentido, elas funcionariam como respostas às demandas do eleitorado. Por outro lado, Ronaldo mostra que o exercício dessa função também seria influenciado pelos ciclos eleitorais e pela formação de bases de apoio no Parlamento por parte dos governantes, gerando variações na intensidade do exercício da fiscalização durante determinados períodos. De todo modo, ao investigar a utilização de instrumentos formais de controle do Executivo, durante o mandato analisado, o autor conclui que,

apesar das oscilações e do fato de o cargo ter sido ocupado por dois presidentes, os mecanismos de fiscalização foram adotados de maneira significativa nas atividades legislativas da Câmara.

Concluímos este número de nosso periódico com a seção de resenhas, na qual a professora doutora **Nair Prata**, da Universidade Federal de Ouro Preto, discute a obra *Ética, mídia e comunicação: relações sociais em um mundo conectado*, de autoria de Luís Mauro Sá Martino e Ângela Cristina Salgueiro Marques. O livro está centrado no tema da ética, essencial em qualquer discussão sobre as relações comunicativas que perpassam os diversos tipos de interações sociais, sobremaneira em contextos mais permeáveis às influências da mídia. A análise proposta pelos autores parte das relações pessoais e cotidianas que se dão em um nível micro, alcançando, em seus últimos capítulos, a coletividade e a esfera pública. A questão da ética nas relações de comunicação extrapola, portanto, o campo da política, mas é a ele intrínseco e possibilita reflexões sobre a democracia, a cidadania e a transparência na gestão da coisa pública, entre tantas outras questões de nosso interesse. Tal discussão não poderia ser descurada nesta edição dos *Cadernos*, uma vez que estamos tratando dos jogos de forças e interesses que se desenrolam no Parlamento, por meio não apenas de ações, mas também de discursos e narrativas.

Boa leitura!

Stefania R. Negri
Editora dos *Cadernos da Escola do Legislativo*